



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

00.644-08.04-CODEC-9

DATA: 04.06.90

REQUERENTE: SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

LOCALIDADE: PORTO ALEGRE

ASSUNTO: ENCAMINHA PROPOSTA DE TOMBAMENTO DAS EDIFICAÇÕES
CENTENÁRIAS DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO.



Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04/CODEC-9
Fls. 02 Rub. K

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

OF. GAB. Nº 508/89

Porto Alegre, 20 de abril de 1989.

Senhor Secretário.

Dirigindo-me a Vossa Excelência, venho encaminhar, em anexo, à sua consideração, proposta de tombamento das edificações centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Solicito outrossim, toda a urgência possível na apreciação técnica desta proposta, com vistas a candidatar-mos ao conseguimento de recursos para apoio das obras de restauração a serem realizadas em proveito deste Hospital.

Certo de sua colaboração e antecipadamente agradecido, renovo-lhe protestos de real apreço.

Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente

Exmo. Sr.

Dr. CARLOS JORGE APPEL

DD. Secretário Executivo do CODEC

Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado do RGS

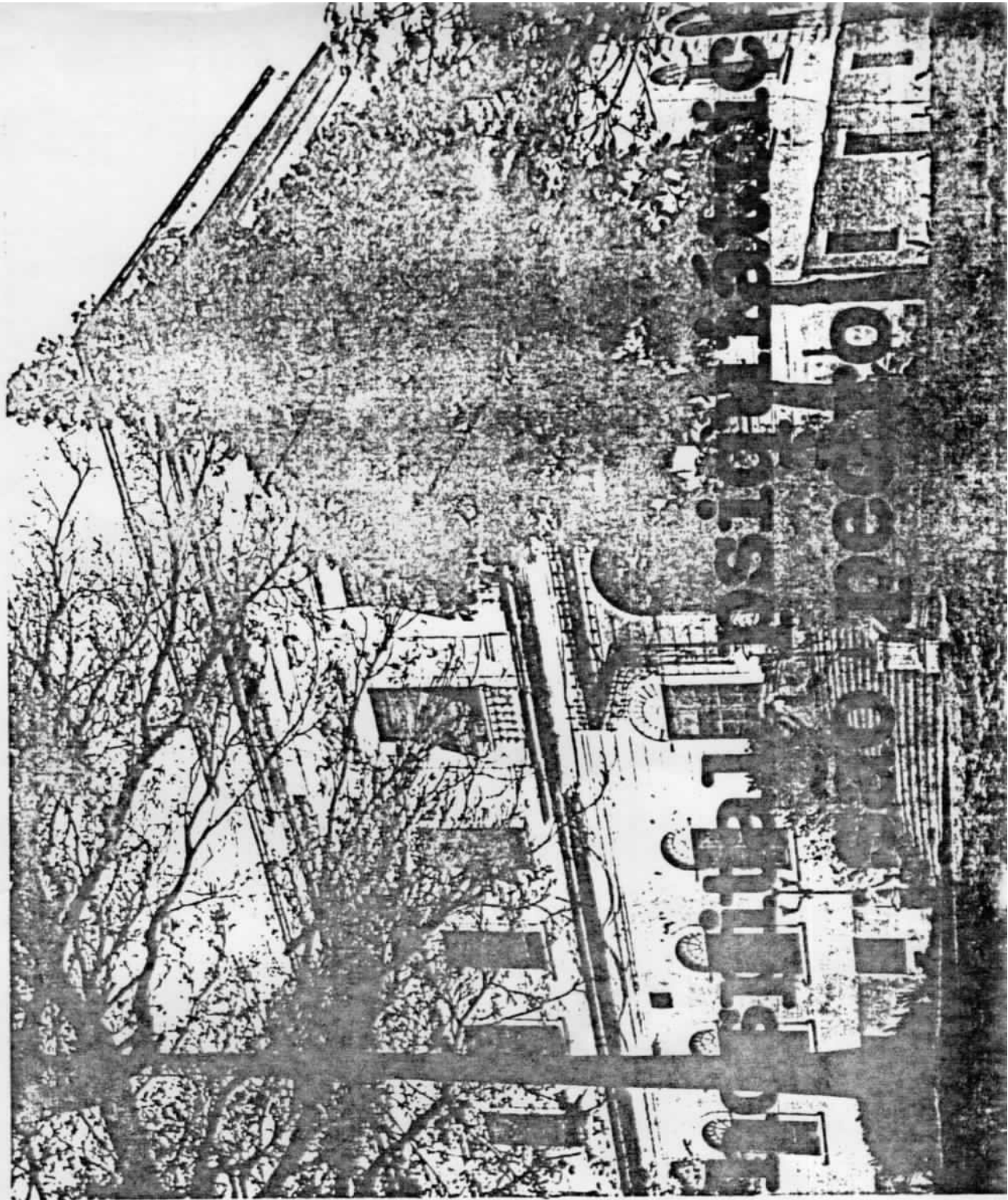
NESTA CAPITAL

/mrt.

CODEC
PROTOCOLO
Nº 1077
ENTRADA 5/589

Cabe, sobre todas as outras razões, invocar como imperioso o tombamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro, na medida em que a natural superveniência de outras administrações poderia transformar em desperdício os recursos, desde agora, investidos na sua restauração.

proposta para tombamento do



Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04/COPEC-9
Fls. 04 Rub. K

OS MOTIVOS

O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO, que, já há um século, vem servindo ao tratamento de doentes mentais do Rio Grande do Sul e, em parte, àqueles de Santa Catarina, credencia-se à preservação, quer como instituição de caráter social, quer como referencial de nossa memória urbana, quer mesmo como documento material da nossa civilização no âmbito da arquitetura.

Seu conjunto de edifícios - entendidos aqui as construções centenárias -, traduzindo, na forma de espaço construído, um vasto programa de necessidades, constitui-se, com certeza, na maior área edificada de interesse social que o século XIX legou à Província.

E é pelos fatos que se acabam de expor que a busca, em profundidade, da vida pregressa do Hospital se constitui em instrumento indispensável para protegê-lo da destruição: *"São se protege o que se ama, mas só se ama o que se conhece"*.

Não obstante a integridade de seu espaço original ter, por longos anos, permanecido exposto, exclusivamente, aos interesses da evolução terapêutica - ainda que recente entre nós valorizar-se a forma original dos bens culturais, sua volumetria, quase intocada, bem como parte substancial de seus espaços remanesceram com indícios capazes de permitir apreciável reversão à sua forma inicial.

Apesar de a visão elitista e míope em relação ao preservacionismo perpassar amplas camadas da população brasileira; apesar mesmo de certos dirigentes - como recente Prefeito populista desta cidade -, entender em apagadas as "memórias dolorosas e trágicas" com a destruição dos edifícios que lhes serviram de palco, a UNESCO e a SPHAN, buscando mos

trair a História na plenitude de sua transparência, institucionalizaram a proteção dos campos de concentração e de senzalas, respectivamente.

E o espaço construído do Hospital São Pedro registra, através dos sucessivos remanejamentos de suas instalações - para atender à modernização do tratamento -, a evolução que se processou no respeito à dignidade humana.

Desde a eliminação de castigos, solitárias, jejuns, coletes de força, banhos de emborcação até a permissividade dos choques elétricos e a promiscuidade consentida em nome da alienação, evidenciam-se propostas de recuperação moral e ética de seres humanos, já fortemente estigmatizados pelo destino.

Alienados ou infelizes são as referências mais insensíveis registradas em relação aos doentes daquele Hospital, que, por sinal, já foi Hospício até 1925 e modernamente se conceitua como Hospital Psiquiátrico. As referências evoluem, entretanto, para designá-los como loucos, mais tarde, como doentes mentais; depois, enfermos; para chegar-se, finalmente, ao nível de reconhecê-los, simplesmente, como pacientes.

Mas não apenas como interesse sociológico deve o Hospital ser preservado. Não apenas por se constituir em baliza das preocupações com a saúde mental de nossa comunidade. - Também os valores culturais, que nem o tempo, nem a ignorância conseguiram destruir, merecem continuar como testemunhos da maneira de a sociedade apropriar-se de seus espaços para viver, da tecnologia disponível para criá-los, assim como de seu nível estético já atingido.

Além da preservação do monumento arquitetônico e do documento sociológico, a proteção institucionalizada, ora proposta, habilitaria aquele bem cultural a receber recursos da iniciativa privada para sua conservação, através da Lei Sarney, tanto quanto permitir-lhe-ia disputar a obtenção de recursos públicos, para a mesma finalidade, junto à Fundação Nacional Pró-Memória.

Justificar-se-ia, finalmente, o tombamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro face à exemplar e irrecusável intenção de sua salvaguarda manifestada pela atual administração do Estado. Reconheça-se que esse Governo, não apenas rechassou investida de especulação imobiliária sobre a gleba onde se situa o monumento objeto desta proposta, como passou, através de decidida e decisiva determinação da atual direção do Hospital, a investir no projeto de sua restauração, ora em curso, pela equipe que subscreve este documento.

AS DATAS
OS NOMES e
OS NÚMEROS

As primeiras preocupações com inexistência de um tratamento especializado para os doentes mentais do Rio Grande do Sul estão registradas no Relatório de 1857, do então Presidente da Província, Joaquim Antônio Fernandes Leão, onde, reagindo à tentativa de encaminhar-se ao Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, os alienados da então Província de São Pedro, propôs a fundação de um hospital especializado, em Porto Alegre. Já naquela época eram desaconselhadas as transferências de pacientes para locais distantes de suas comunidades de origem, um dos fundamentos da moderna psiquiatria.

A idéia foi, também, alimentada pela manifestação do então Provedor da Santa Casa de Misericórdia, quando, interpretando os anseios da Mesa Administrativa daquela Instituição, alertava o Presidente da Província sobre a impossibilidade de continuar abrigando os doentes mentais que, em parte, eram, também, "depositados" na Cadeia Civil.

Mas a institucionalização de tais propósitos somente se objetivaria quase duas décadas mais tarde, quando, em 1874, através da Lei Provincial nº 994, "nascia", como fundação, o Hospício que, dez anos mais tarde, quando de sua inauguração, era cognominado de SÃO PEDRO, em homenagem ao padroeiro da Província.

Construído a partir de doações filantrópicas e de recursos originados em loterias, através de Comissão presidida pelo então Provedor da Santa Casa, José Antônio Coelho de uma nova Instituição, desde inaugurada, não prescindiria mais do apoio de recursos públicos.

Não se conseguiu, ainda, entre dois nomes, esclarecer a verdadeira autoria do projeto que, entretanto se sabe, foi realizado em 1876. Para Jacinto Godoy, o autor é o Enge-

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
Fls. 08
Rub. K
CADERNOS - 9

nheiro Álvaro Nunes Pereira. De outro lado, o Dr. José Antônio de Azevedo Castro, em fala dirigida à Assembléia Legislativa, revela que incumbiu ao Engenheiro Manoel Correia da Silveira Netto, levantar a planta do asilo. O fato é que ambos, em períodos sucessivos, foram diretores da Repartição de Obras Públicas.

Com o projeto concluído, iniciam-se as buscas para aquisição de um terreno compatível com a extensão do que se necessitava construir e com o conforto do que se propunha proteger. E o terreno capaz de suprir as condições demandadas pelo ambicioso projeto foi encontrado na Estrada do Mato Grosso, o já antigo Caminho de Vião.

Inaugurado em 1884, como atrás ficou evidente, embora se tenha construído, apenas, um quarto da área prevista - ou um oitavo da que propunha o projeto inicialmente concedido, como adiante se comprova - o Hospício São Pedro foi considerado, desde logo, mercê de "sua" sólida construção e beleza arquitetônica, o "cartão de visitas" de Porto Alegre e uma das obras mais notáveis do Governo Imperial. E a importância social e polarizadora da Instituição repercutiu na vida da cidade ao nível de atrair para si o fim de linha do bonde "Partenon", explorado pela antiga Companhia de Ferro-Carril.

Na época, sua importância é, ainda, testemunhada pela visita que lhe fez a Princesa Isabel, quando, em 1885, registra em seu diário: "... fui com a baronesa e o Presidente ao Hospital de Alienados, obra caridosa quanto é possível, tirando setenta e tantos infelizes de cadeias, onde não podem senão pionar. Pareceu-me bem atendido, bem dirigido, e será imenso, pois o que está construído é a quarta parte e já é muito grande".

Após a inauguração, as obras permaneceram paralisadas até 1889, a partir de quando, o

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
CODEC-9
Fls. 08 Rub. K

já, então, Governo Estadual deu continuidade à construção. E, dez anos depois, se encontrava construído o 5º pavilhão, iniciado em novembro de 1898.

Em 1903, quase concluído o 6º pavilhão, foi implantada a rede de esgotos, que seria, mais tarde, substituída nas obras de 1927 e totalmente modernizada na década de 50.

Foi, efetivamente, a partir de 1926, quando se instala a administração do Dr. Jacintho Godoy, que o Hospital São Pedro vive o período em que pode oferecer qualidade de vida, para seus pacientes, um pouco melhor. Já em 1927, iniciam-se as "obras de remodelação", infelizmente sem critérios para intervenção, na época, aqui, totalmente desconhecidos.

No final dos anos 30, quando suas funções englobam, também, as de um asilo, inicia-se a crise de superpopulação.

Mas a integridade física do Hospital corre seu maior risco em 1945, quando o então Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, Dr. Adauto Botelho, em entrevista à imprensa local, fala: "... em grandes obras de remodelação a serem efetuadas naquele nosocômio que importariam na sua quase total demolição". Fato este que, por razões que não se conseguiu apurar, efetivamente não ocorreu.

A partir dos anos 50, a superpopulação ali asilada, um incêndio, obras mal administradas e a poluição visual do seu entorno, feita a partir de uma arquitetura de acompanhamento de péssima qualidade, levou o conjunto ao atual estado de degradação.

O PROJETO e A CONSTRUÇÃO

O partido geral do Hospital Psiquiátrico São Pedro, implantado como a estrutura de um "pente" - forma tradicionalmente usada para facilitar o patrulhamento de grandes contingentes humanos confinados, como em casernas, prisões, internatos, etc.-, era "completamente condenado" para tratamento de alienados, desde 1837.

Já naquela época, a bibliografia especializada registrava que a maior eficiência na tentativa de cura dos doentes mentais pressupunha seu alojamento em pavilhões separados, o que, efetivamente, não foi levado em consideração, também, no Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.

De um extenso pavilhão - o dorso do "pente" - orientado aproximadamente na direção leste-oeste, originam-se os "dentes", que, direcionados para o sul, organizam, entre si, cinco espaçosos pátios, envolvidos por cláustros com arcadas e destinados ao recreio dos pacientes. A orientação solar, embora não tivesse sido a ideal, balanceia a insolação através dos múltiplos compartimentos que compõem o conjunto.

Não obstante o inusitado do volume edificado, o projeto original previa uma área construída correspondente ao dobro da atual. Assim deixa claro Jacintho Godoy às páginas 31 e 34 do seu livro "Psiquiatria no Rio Grande do Sul". Prospeções arqueológicas poderão confirmar, ou não, a suposição de que o pavilhão longitudinal fosse o eixo de simetria de um partido em forma de "pente fino", ou, quem sabe, aquele pavilhão rebati-do, com suas alas perpendiculares e convenientemente afastado em relação ao que foi construído, poderia organizar um extenso pátio fechado.

As diversas alas do Hospital elevam-se em dois pavimentos, sendo que algumas delas, em

função de condições topográficas, erguem-se sobre porões.

Ao contrário do que seria justo supor - em construção concebida a partir de linguagem formal originada na gramática neoclássica-, o acesso principal despreza a simetria, agenciando-se sobre um dos ângulos do conjunto edificado. Teria sido, de fato, esta a entrada principal prevista pelo autor do projeto? A resposta virá, provavelmente, durante o percurso que desenvolverá o projeto de recuperação do monumento.

A construção, erguida na sua quase totalidade sobre paredes auto-portantes, de alvenaria de tijolos, admite algumas divisórias executadas em estuque, assim como alvenarias mais leves nas reformas em que, ao longo do tempo, o edifício foi submetido.

Não obstante a degradação física, que se reflete, aliás, no aspecto desolador dos pacientes que abriga, a estabilidade da edificação, mercê de maciços solidamente construídos, não parece requerer, pelo menos de imediato, nenhuma providência.

A cobertura, hoje toda realizada em telhas de fibro-cimento, substitui, em , o telhado de barro que, como o atual, se continha dentro de uma cinta de platibandas. Aliás, a nova moda de coroar-se as construções. As posturas municipais da época condeavam os beirais, ao tempo em que a linguagem neoclássica socorria-se da platibanda para, frequentemente ornamentada com elementos cerâmicos, monumentalizar os edifícios de interesse coletivo.

Os vãos, ritmados e mantidos sempre em prumadas correspondentes nos dois pavimentos,

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08. 04
Fls. 12 CODEC - 9
Rub. K

função de condições topográficas, erguem-se sobre porões.

Ao contrário do que seria justo supor - em construção concebida a partir de linguagem formal originada na gramática neoclássica-, o acesso principal despreza a simetria, agenciando-se sobre um dos ângulos do conjunto edificado. Teria sido, de fato, esta a entrada principal prevista pelo autor do projeto? A resposta virá, provavelmente, durante o percurso que desenvolverá o projeto de recuperação do monumento.

A construção, erguida na sua quase totalidade sobre paredes auto-portantes, de alvenaria de tijolos, admite algumas divisórias executadas em estuque, assim como alvenarias mais leves nas reformas em que, ao longo do tempo, o edifício foi submetido.

Não obstante a degradação física, que se reflete, aliás, no aspecto desolador dos pacientes que abriga, a estabilidade da edificação, mercê de muros solidamente construídos, não parece requerer, pelo menos de imediato, nenhuma providência.

A cobertura, hoje toda realizada em telhas de fibrocimento, substituiu, em , o telhado de barro que, como o atual, se continha dentro de uma cinta de platibandas. Aliás, a nova moda de coroar-se as construções. As posturas municipais da época condevam os beirais, ao tempo em que a linguagem neoclássica socorria-se da platibanda para, frequentemente ornamentada com elementos cerâmicos, monumentalizar os edifícios de interesse coletivo.

Os vãos, ritmados e mantidos sempre em prumadas correspondentes nos dois pavimentos,

estruturavam-se com verga em arco pleno no andar nobre e, com verga reta no superior. Assim, os vãos inferiores incluíam sempre bandeiras de ferro perfilado, protegidas por vidro. Bandeiras, de uma maneira geral vasadas em ferro chato, permitiam ventilação eficiente por sobre todas as portas internas.

Finalmente, cabe referência a um dos aspectos mais difíceis de reversão ao projeto original, que é, precisamente, a ambientação do monumento. Os sucessivos acréscimos havidos pela permanente superlotação do Hospital comprometeram, quase que de forma definitiva - em função do alto custo social que representam as demolições de espaços cons-
truídos ainda plenamente habitáveis-, a ambiência da arquitetura melhor qualificada.

Porto Alegre, 11 de abril de 1989

Equipe técnica:

Júlio Nicolau Barras de Curtis - Coordenador

Carlos Max Moreira Maia

Izabel Cristina Grazziotin

Maria Eliana Vieira Santos

estruturavam-se com verga em arco pleno no andar nobre e, com verga reta no superior. Assim, os vãos inferiores incluíam sempre bandeiras de ferro perfilado, protegidas por vidro. Bandeiras, de uma maneira geral vasadas em ferro chato, permitiam ventilação eficiente por sobre todas as portas internas.

Finalmente, cabe referência a um dos aspectos mais difíceis de reversão ao projeto original, que é, precisamente, a ambientação do monumento. Os sucessivos crescimentos havidos pela permanente superlotação do Hospital comprometeram, quase que de forma definitiva - em função do alto custo social que representam as demolições de espaços cons-
truídos ainda plenamente habitáveis -, a ambiência da arquitetura melhor qualificada.

Porto Alegre, 11 de abril de 1989

Equipe técnica:

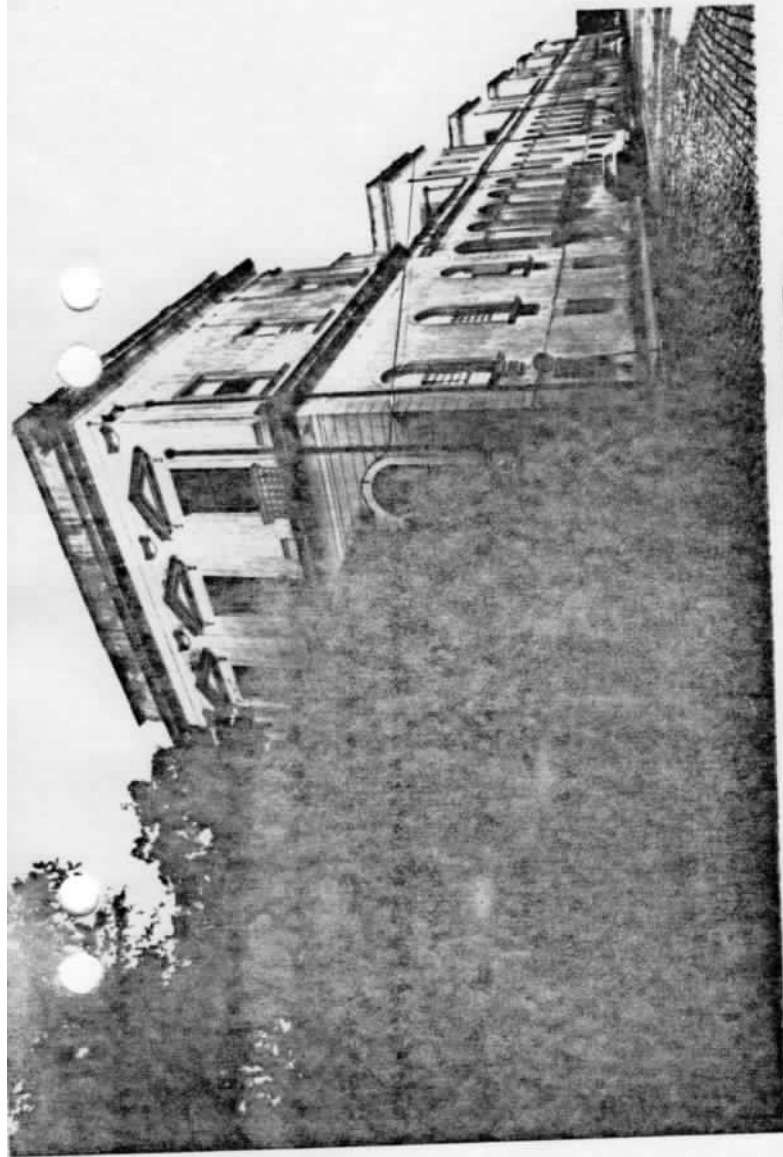
Júlio Nicolau Barras de Curtis - Coordenador

Carlos Max Moreira Maia

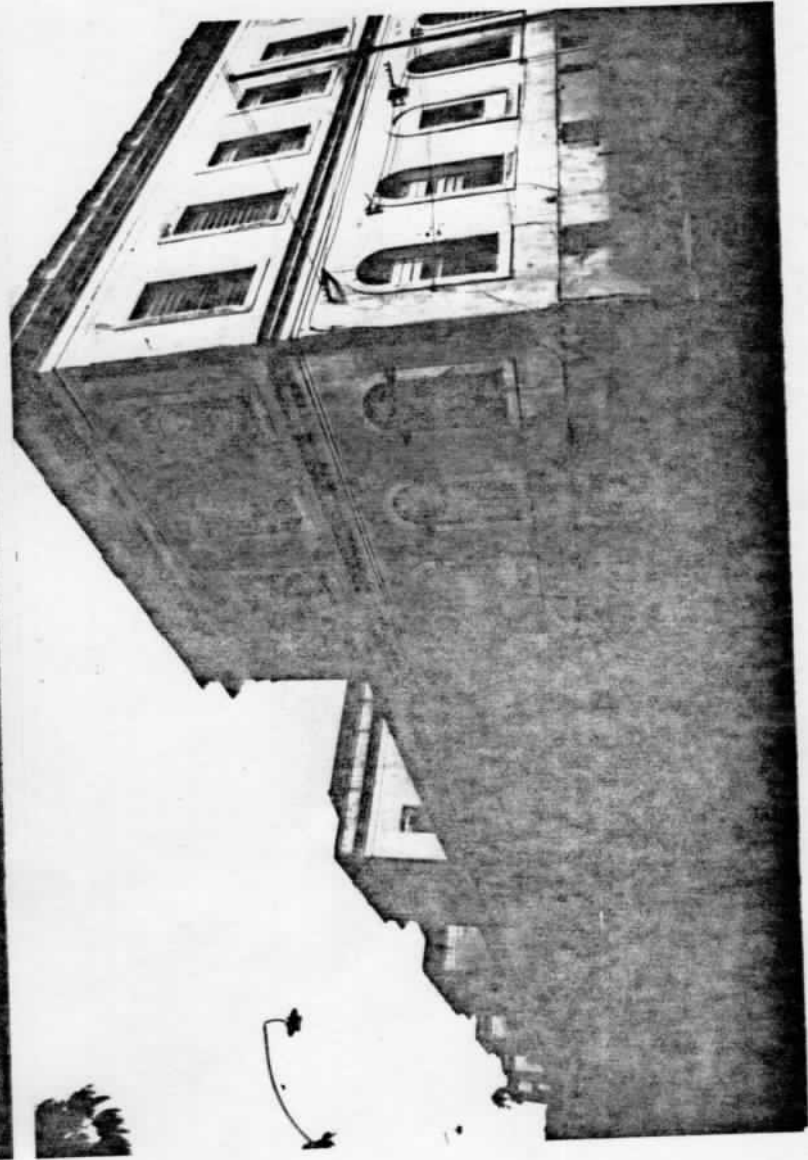
Izabel Cristina Grazziotin

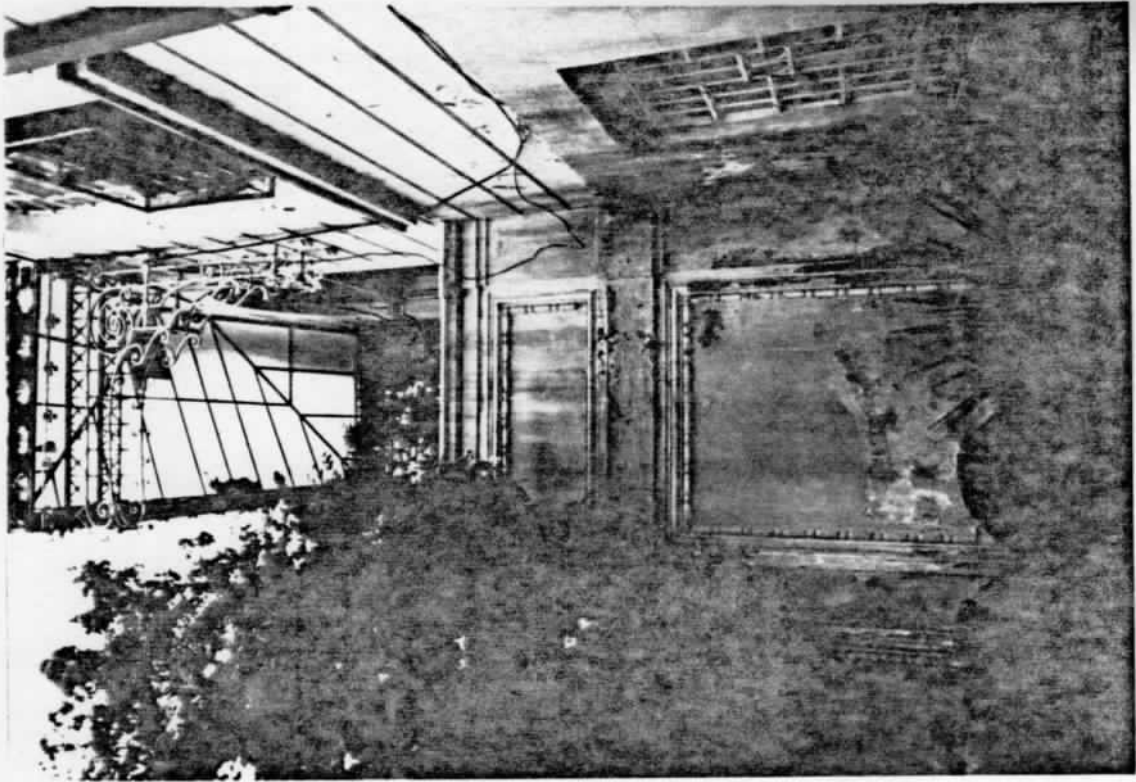
Maria Eliana Vieira Santos

1.
Tomada de conjunto a
partir da entrada prin-
cipal.

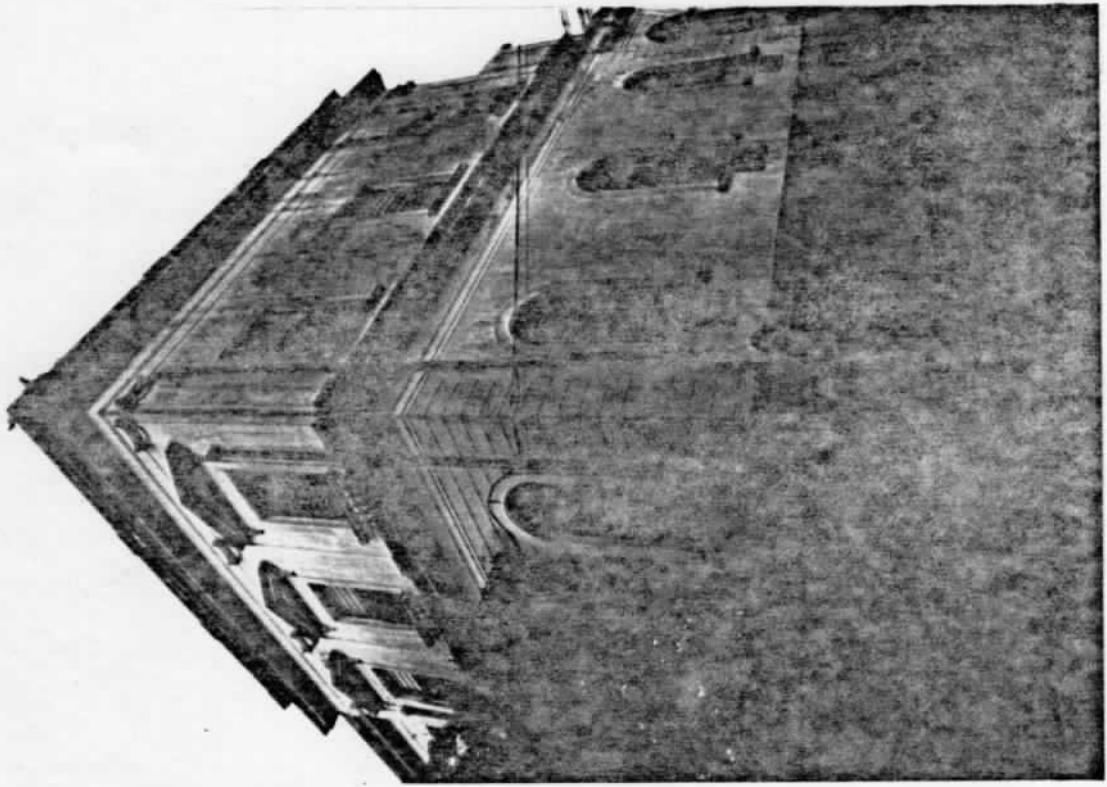


2.
Tomada de conjunto a
partir do último bloco
transversal.



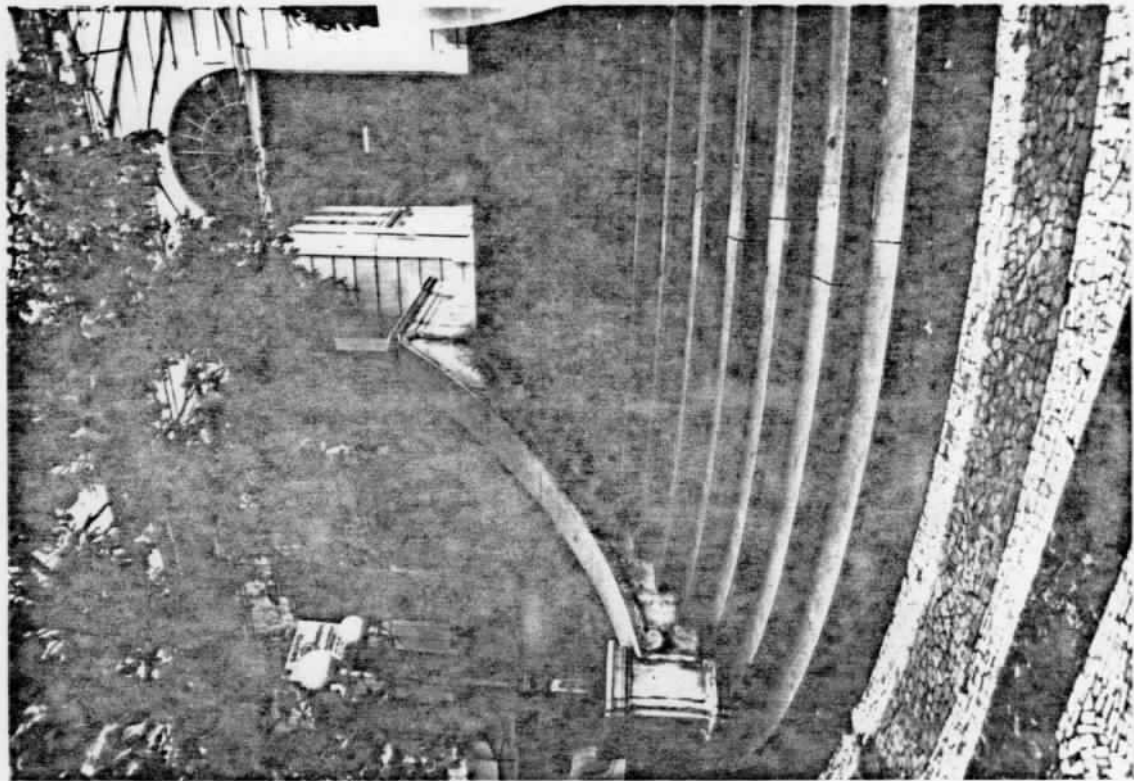


4. Proteção da entrada principal estruturada em ferro e vidro.

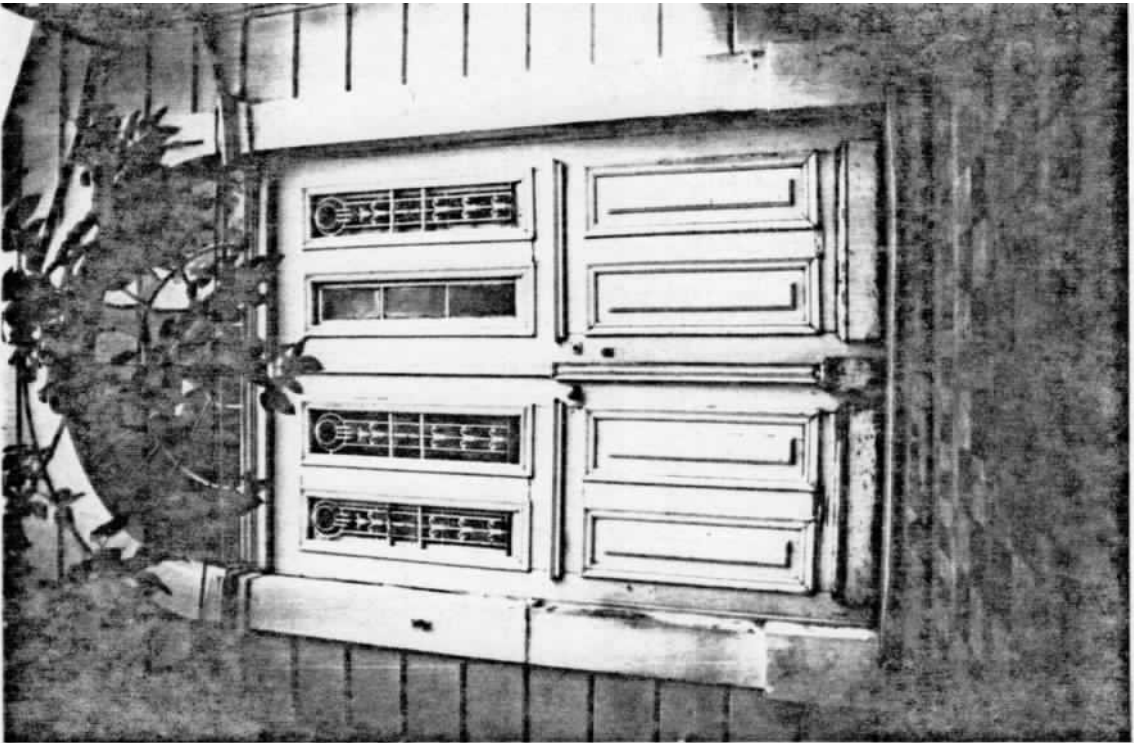


3. Ângulo principal do bloco de acesso.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
CODEC-9
Fls. 16 Rub. K

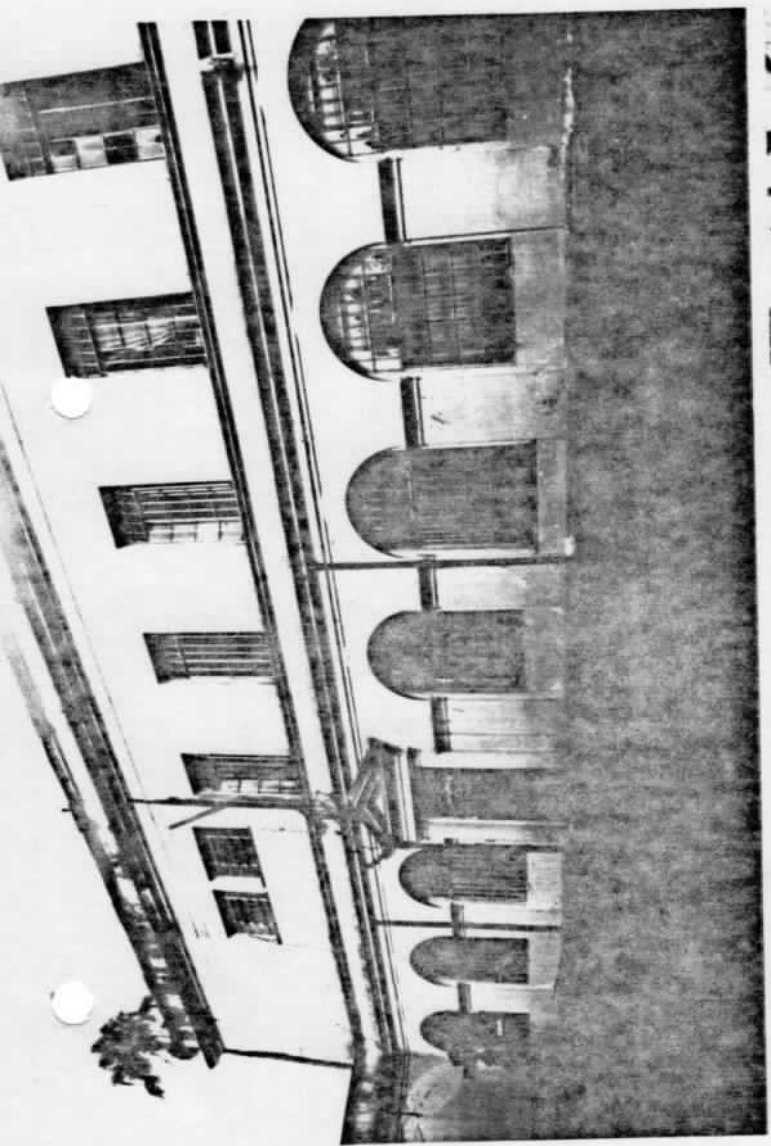


5. Escadaria de acesso à entrada principal.

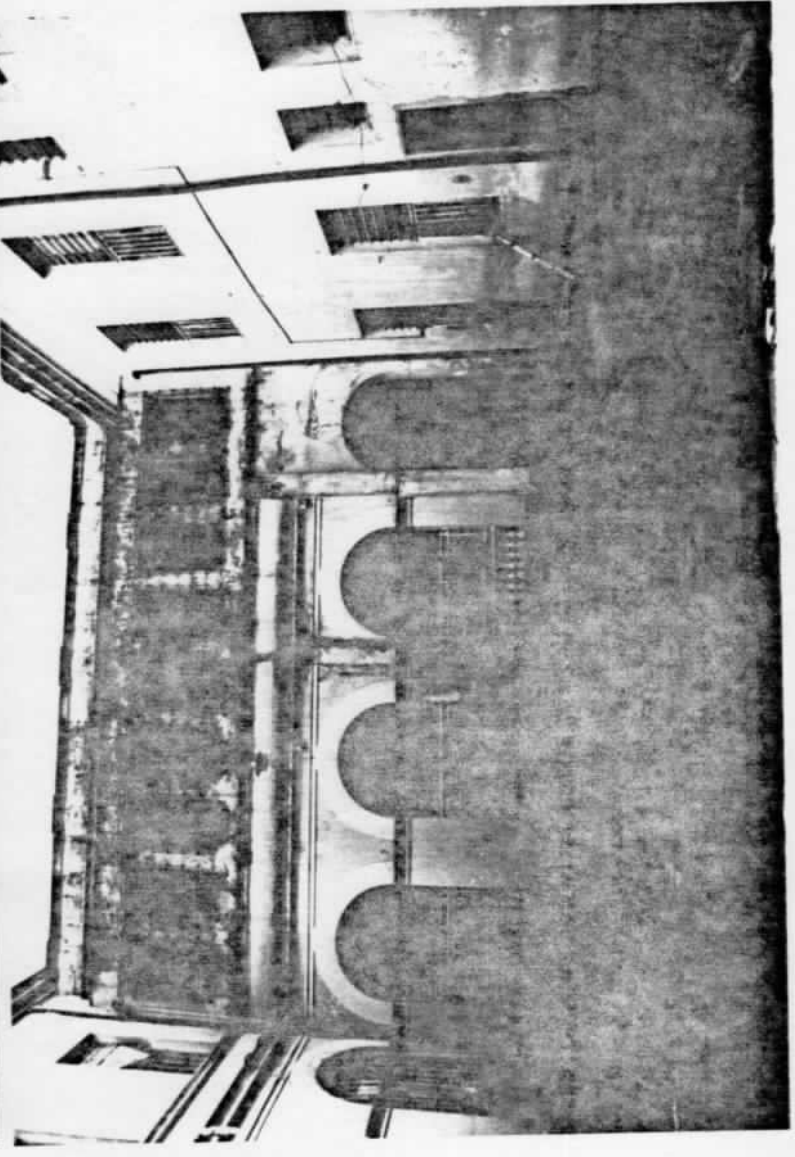


6. Porta de entrada principal.

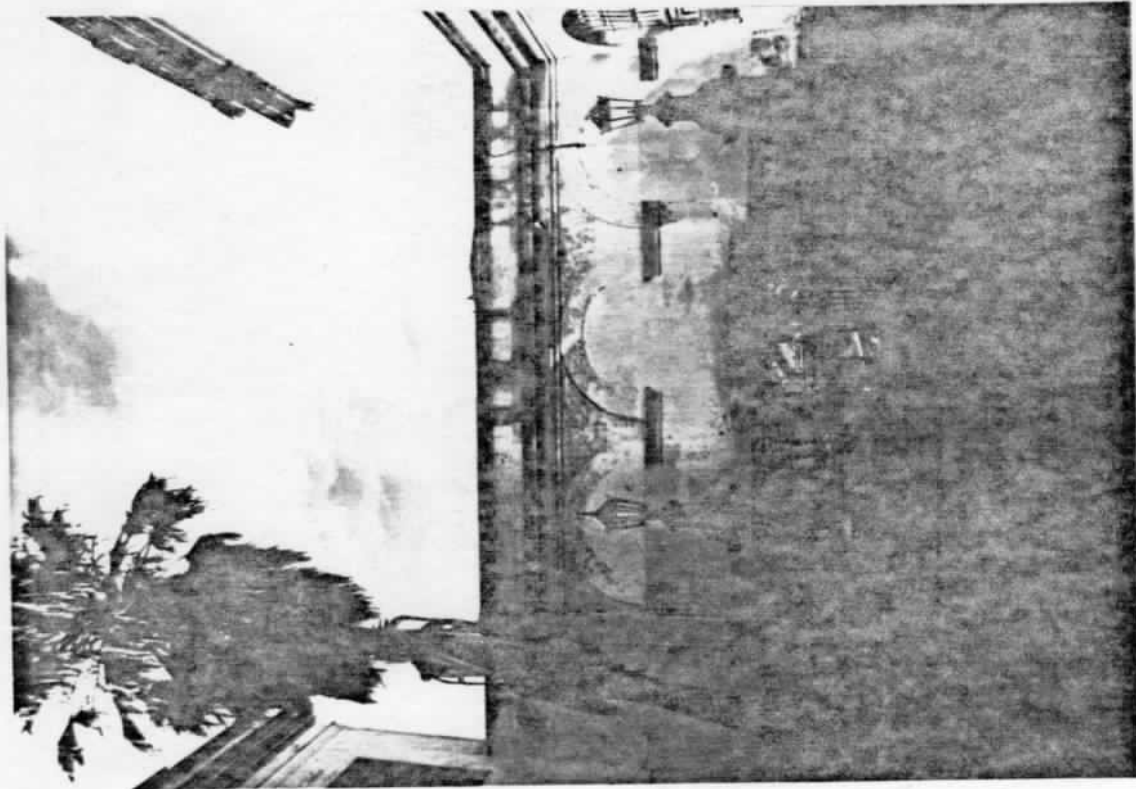
Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
Fls. 17 ^{CODÊC-9} Rub. 16



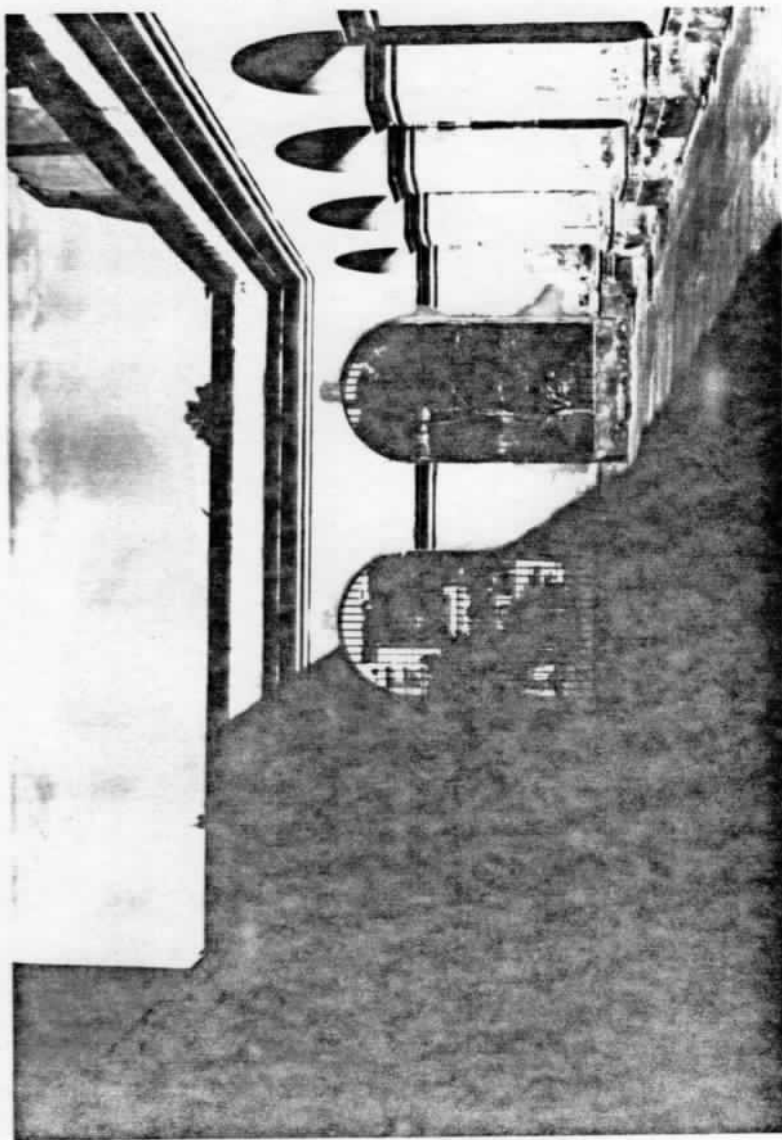
7. Pátio e cláustro,
do bloco 4, obtu-
rado com janelas
de ferro.



8. Pátio entre os
blocos 4 e 5.

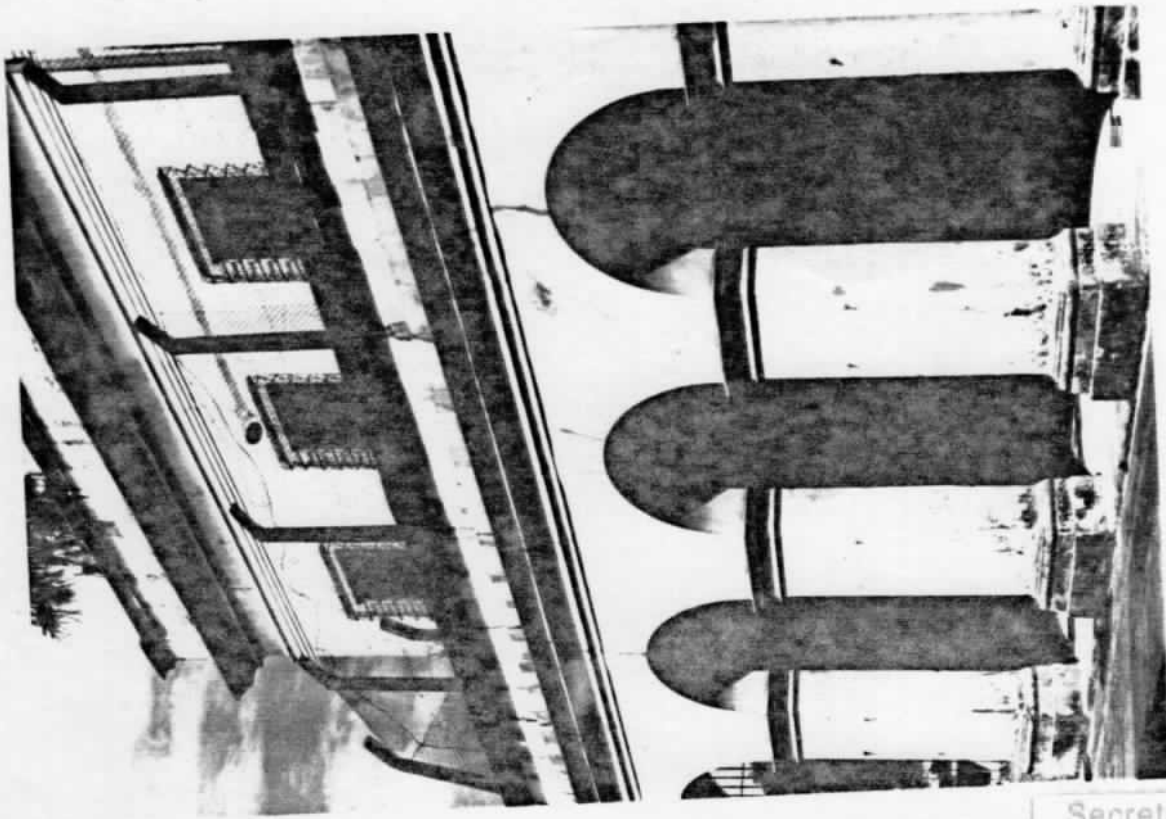


9. Acesso ao pátio localizado entre os blocos 4 e 5.



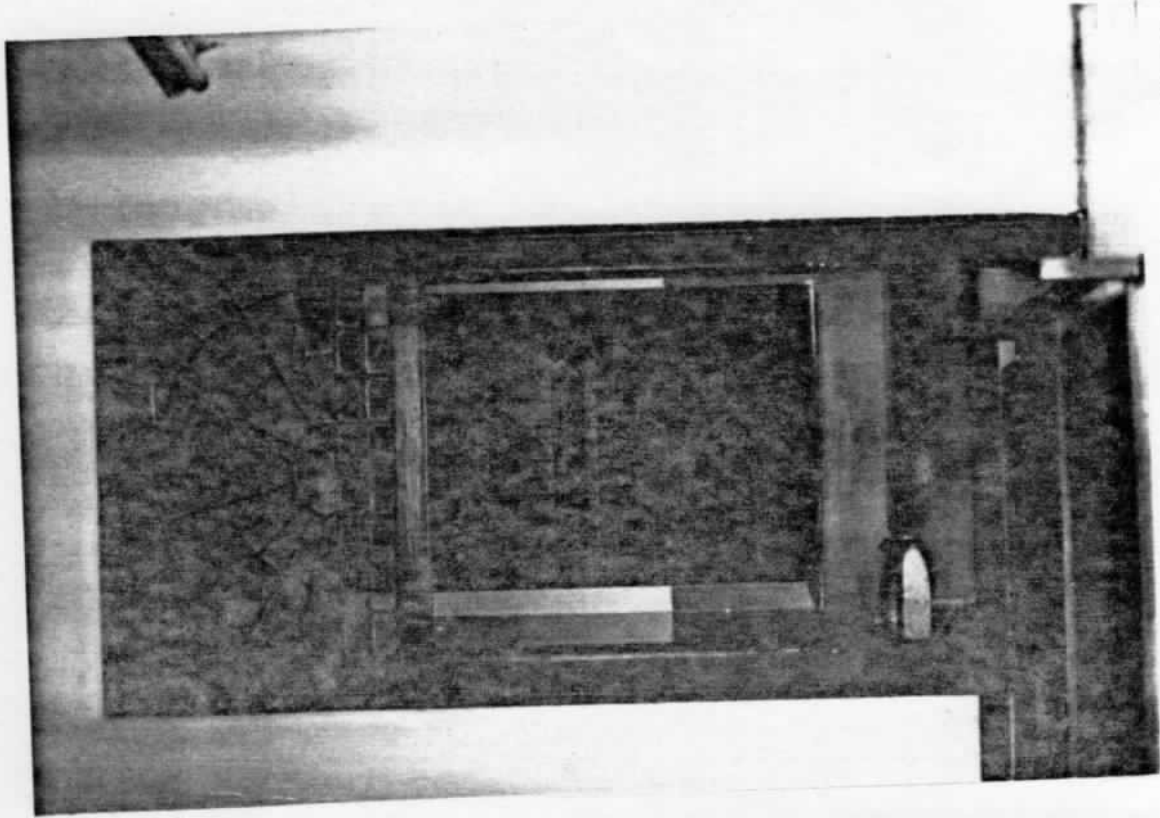
10. Trecho de claustro e pátio localizados entre os blocos 3 e 4.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
Fls. 19 CODEC-9
Rub. K

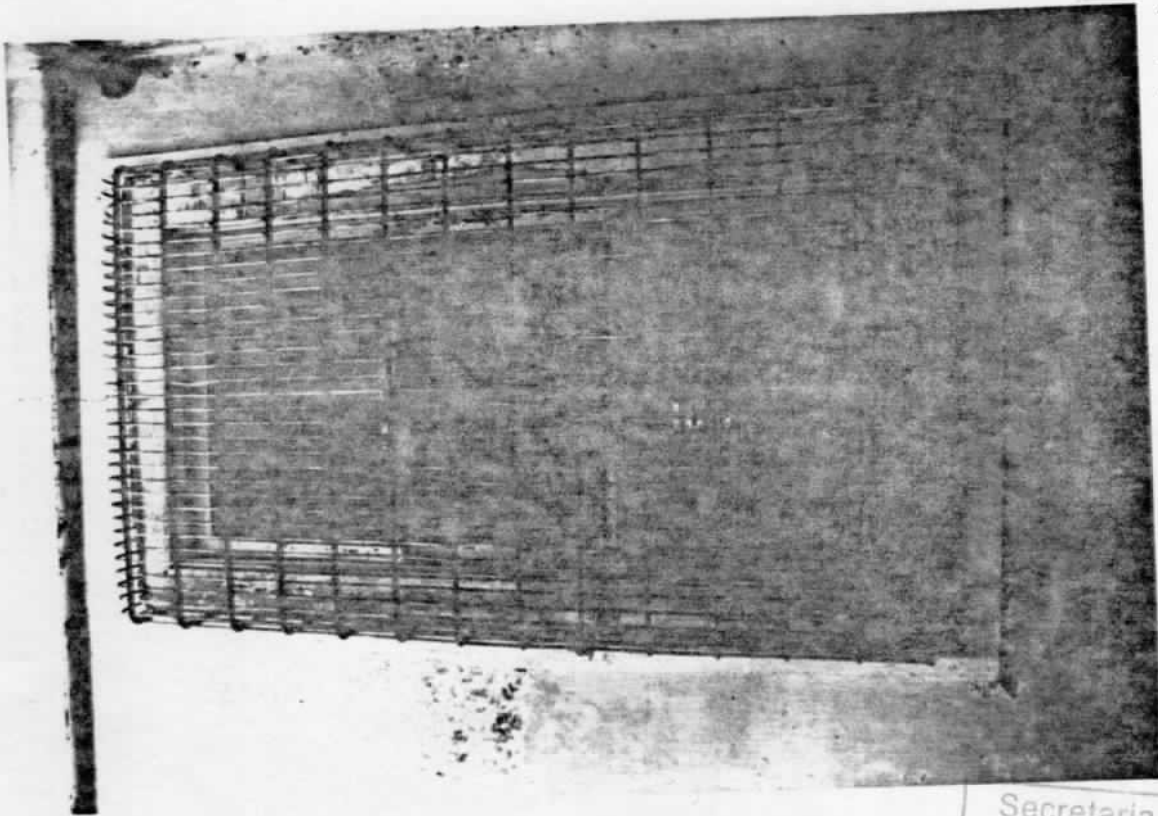


11. Trecho de claustro do bloco 3.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08-04
CODEC-9
Fts. 20 Rub. K

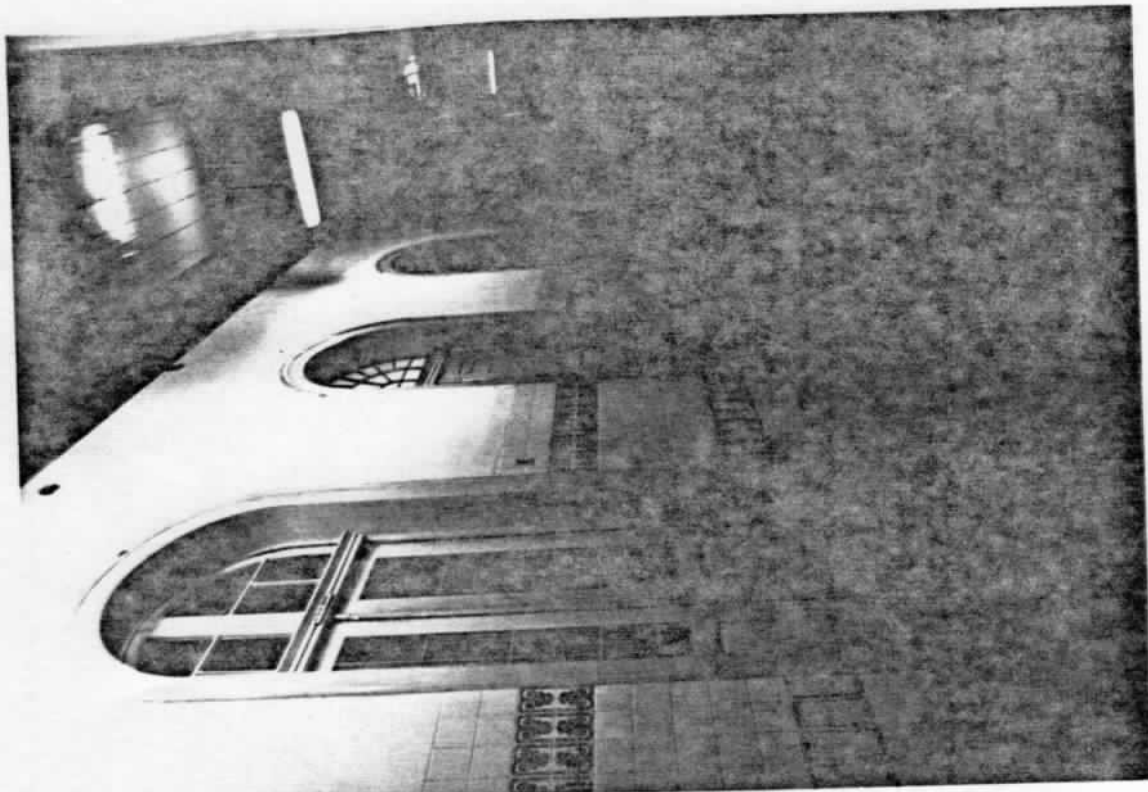


13. Porta interna com bandeira de ferro, bloco 6.

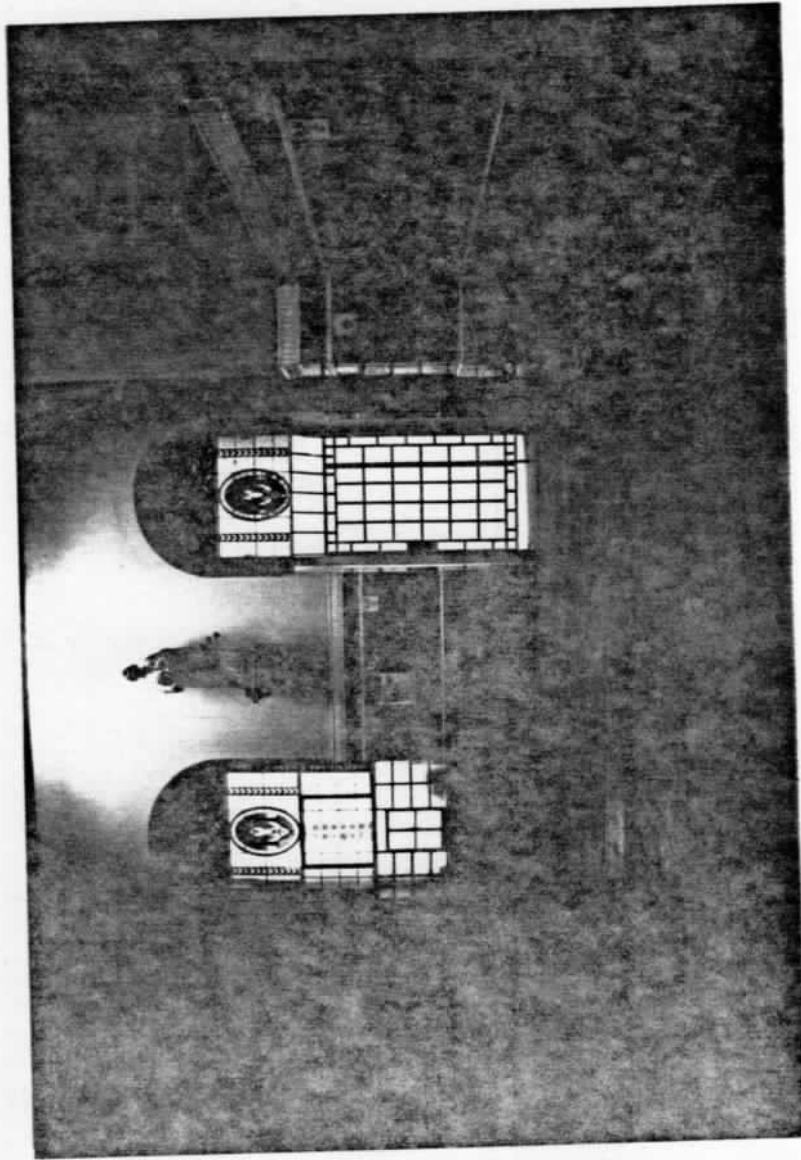


12. Grade de ferro e janela guilhotina originais.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
Fls. 21 CODEC-9 Rub. K



14. Corredor principal do bloco 1.



15. Vestíbulo principal.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04.
Fls. 22 CODEC-9
Rub. K

HOSPÍCIO SÃO PEDRO

Através do Relatório do Presidente da Província Carlos Thompson Flores, em 1880, no que se refere à Repartição de Obras Públicas, página 27, tem-se ciência que quem dirigia esta Repartição era o Engenheiro Alvaro Nunes Pereira e que para administrar a parte técnica das obras do Hospital foi designado o arquivista Manoel Francisco Falcão de Frota, que recebeu neste período ordenado e gratificação mensal de 150\$000, e o ordenado de 1:000\$000, oriundos do fundo destinado àquela construção. Mas por indicação do Engenheiro fora substituído pelo amauense Affonso Hebert.

Pela Lei Provincial nº 1220, de 16 de maio de 1879, a chácara de D. Maria Clara Rabello, situada na estrada denominada de Mato Grosso, nos suburbios da Capital, foi adquirida pela Província, pelo valor de 25.000\$000 réis, para a construção do Hospital de alienados, havendo escritura datada de 2 de outubro de 1879. Em 2 de dezembro de 1879 foi lançada a pedra fundamental.

Nomeada pelo Presidente da Província uma comissão para promover e administrar a obra composta por: José Antônio Coelho Júnior, Provedor da Sta Casa de Misericórdia, como presidente e os cidadãos Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e João Birnfeld.

Após concorrência para o fornecimento do material para a construção, a cal ficou a cargo de Boaventura Marques da Silva e a pedra de Bazílio Ferreira da Silva, obrigando-se a entregá-la na obra pelo preço de 6\$000 réis por m³, com a condição de ser extraída das pedreiras da chácara das Bananeiras, de propriedade da Província, sem ônus algum.

Existia na Diretoria Provincial 106:068\$000 réis para a obra, sendo 105:000\$000 produto das loterias, o restante 1:068\$000 produto de um concerto musical.

Com a aquisição da Chácara por 25:000\$000 réis e mais 22:000\$000 entregues à Joaquim Gonçalves Bastos de Monteiro, Tesoureiro da Comissão, para o pagamento de materiais e outras despesas, ficou a soma reduzida a 59:068\$000 réis, que junto com 19:758\$000 existente no Banco da Província e mais 39:000\$000 réis produto líquido de diversas loterias, extraídas em benefício dessa obra, dá um valor de 117:826\$000 réis. Coube ao Legislativo decretar fundos para o prosseguimento da obra.

Em 1881, dizia o Presidente da Província Henrique d'Avila que achava-se adiantada a construção do Hospício.

Se estas eram palavras, atitudes e desempenhos para que esta casa surgisse ve-se que em 1888, Joaquim Jacintho de Mendonça, na Presidência, diz lamentar que nesta não haja uma só porta que não possa ser aberta por qualquer louco.

Inteiramente novo, já se vê madeirame deteriorado e algumas fendas na parede.

Em 1895, o diretor do Hospício São Pedro, o Dr. Francisco de Paula Dias de Castro, em relatório ao Secretário do Interior, faz menção ao regulamento desta Instituição e também refere-se a visita do Presidente do Estado à mesma, que observou a necessidade de continuar a construção deste prédio, fato que o Diretor já vinha posicionando.

Houve a preparação de duas salas designadas pela letra H no projeto do edifício, diz também que, conforme havia solicitado anteriormente, começou em 28 de março de 1895, a concluir todo o frontispício correspondente à parte esquerda do edifício.

Com a construção das duas salas, relata o Diretor, tornou-se possível organizar mais dois dormitórios tranquilos, um para cada sexo, com 16 leitos cada um.

Sendo então acomodado todos os alienados que estão recolhidos na cadeia da capital e alguns, remetidos de suas casa.

Embora com a crise da Revolução de 1893, diz o Diretor, que o Governo não esqueceria esta Instituição. Neste período havia um pavilhão que efetivamente trabalhava, sendo o prazo de entrega outubro de 1895, onde estavam previstas instalações de dormitórios, havendo necessidade de colocação de gra-

des provisórias nas janelas.

Contariam também com salas especiais, uma para cada sexo, para reunião e recreio dos enfermos.

Uma sala espaçosa seria aproveitada para biblioteca, recorrendo-se à caridade das pessoas, procurando completar a que já existia em estado rudimentar e dispo de poucos volumes. Dizia este Diretor que os benefícios resultados de uma leitura amena de jornais e revistas, obras de literatura e história são salutaras aos doentes.

Outras salas seriam utilizadas para a fundação de oficinas de colchoeiro, sapatareiro, carpinteiro, alfaiate e costuras, sendo que estas últimas são tarefas que se tornam fáceis, tendo em vista o grande número de enfermos com aptidão para este mister, oferecendo vantagens econômicas, pois aliviariam o custeio do asilo, além de servir como poderoso elemento de tratamento moral dos enfermos.

O pavilhão B do projeto, contendo acomodações do médico interno e do administrador seria provisoriamente designado para pensionistas tranqüilos e acceados, reservando-se o pavimento inferior para homens e superior para mulheres.

Seria vantajoso colocar esta classe de enfermos longe dos indigentes, cuja proximidade tornar-se-ia impossível a destinação a que faz juz os enfermos contribuintes, tanto quan-

to á alimentação ou mobiliário de seu uso. A ocupação pelos contribuintes seria até a construção do 4º pavilhão, representado pela letra K.

Os serviços administrativos e econômicos continuavam a funcionar no prédio que existia na chácara quando adquirida, que só deveria ser demolido em época remota. O médico-diretor morava numa casa situada perto do hospício.

Segundo informações que possuía o Diretor, depois de construído o frontispício, o Governo mandaria erguer o pavilhão K, onde se preparariam os quartos para os alienados contribuintes, assim como o corpo posterior do edifício até a letra P, de modo a completar toda a metade esquerda do estabelecimen-to.

O projeto organizado pelo Dr. Alvaro Nunes Pereira serviu de base para a edificação, tem forma de quadrilátero regular, composto por quatro corpos, limitando uma grande área central destinada aos jardins e outros.

Do exame do projeto de depreende que uma linha meridiana divide este quadrilátero em duas partes iguais, destinando-se a direita para mulheres e a esquerda para os homens. portanto estas duas partes são exatamente semelhantes sob o ponto de vista do número, dimensão e arranjo dos locais.

Em 1895 já faziam 11 anos da existência do Asilo,

portanto datado de 1884.

Construído o frontispício, impõe-se a conclusão de toda parte esquerda do edifício. Este aumento dará desenvolvimento às duas grandes salas para enfermaria de doentes afetados por moléstias somáticas e de mais 37 salas.

Deveriam ser adotados melhoramentos, como a utilização de dobradiças, permitindo a franca abertura das portas para dentro e para fora dos quartos, assim como a melhor ventilação das celas do pavimento inferior e o acolchoamento das paredes de algumas, destinadas aos alienados agitados, evitando a contusão dos enfermos além de abafar o barulho, não impedindo o repouso dos demais.

O corpo posterior serviu para estabelecer um serviço balneo-terápico definitivo e completo. Alí a administração teria a cozinha e despensa.

Há necessidade, dizia o Diretor, de um sistema de esgotos para materiais fecais e um pavilhão de isolamento para doentes com moléstias contagiosas.

Segundo informações que possuía, para o esgoto talvez fosse possível captar água do arroyo que atravessa a Chá cara, construindo um reservatório. Além de atender a este serviço, poderá fornecer aos aparelhos hydro-terápicos melhor pres -

são do que a que se obtém da hidráulica de Porto Alegre.

Eni Barbosa

ENI BARBOSA

Mestre em História,
Historiógrafa e Arquivista.

Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - CPHAE

OP. CPHAE Nº 29/89

PORTO ALEGRE, 30 de Maio de 1989

Sr. Secretário

O Hospital Psiquiátrico São Pedro é sem dúvida um importante Patrimônio Cultural do Estado, há mais de cem anos vem participando da vida da Comunidade Gaúcha.

Por ser um Hospital de alienados, esteve muito tempo marginalizado, mas é inegável sua contribuição.

O Governo do Estado, demonstra publicamente o reconhecimento deste valor na medida em que contratou uma equipe qualificada para elaborar o projeto de restauração. A solicitação do Sr. Secretário da Saúde e do Meio Ambiente para que as edificações do Hospital sejam tombadas ratifica esta preocupação.

O material enviado: "Proposta Para Tombamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro", traz justificativa (pertinente para o seu tombamento), plantas e fotos, atendendo às exigências para abertura de um processo.

2

Do CPHAB:

1) Rito: va fa-
lar unip //
o errata;

2) ja' pensa no
procedimentos
usuan pare o
tribunamento.

POA, 2.6.85

Carl T. Myer

FL. 30V

Comissão de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo - CPHA

CO. JUREM 1985/86

Ex. Secretário

O Hospital Psiquiátrico São Paulo é uma instituição
de relevante importância cultural do Estado, há mais de um século ven-
do participando da vida da Comunidade Paulista.
Por ser um Hospital de atendimento, esteve muito
tempo marginalizado, mas é inevitável sua centralização.
O Governo do Estado, demonstrando publicamente o
reconhecimento deste valor na medida em que contratou uma equipe ges-
tionária para elaborar o projeto de restauração. A solicitação do Sr.
Secretário de Saúde e do fato imediatos para que as melhorias do
Hospital sejam tomadas refletem esta preocupação.
O material enviado: "Proposta para o tombamento do
Hospital Psiquiátrico São Paulo", tem justificativa pertinente para o
seu tombamento, quanto a fatos, atendendo às exigências para abertura
de um processo.


ENTRADA Nº 193
PROT. Nº 1163
COD. 2000

* * * *

Sem nada a opor, encaminhamos para os procedimentos de rotina de tombamento cópia do material recebido - ficam arquivadas na CPHAÉ as plantas e o memorial de justificativa-, coleta de informações realizada nos Relatórios de Obras da SDO e Parecer Técnico desta Coordenadoria. Tendo em vista a grande área edificada e o trabalho que vem sendo realizado, este Parecer foi elaborado de forma expedita.

Sem mais, aguardamos providências superiores.

Atenciosamente


Eng. Rita Helena Pimentel Patussi
Coord. interina da CPHAÉ

PS.: Outrossim solicitamos maiores esclarecimentos quanto ao procedimento a ser adotado por esta CPHAÉ para o referido tombamento.

Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - CPHAE

Of. CPHAE Nº 46/90

Porto Alegre, 30 de Maio de 1990

Senhor Secretário

Voltamos a encaminhar a documentação anexa para abertura de processo de tombamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre.

Acreditamos ser de interesse do Estado este tombamento, já que o mesmo está em vias de restauração, tendo também um projeto de integração com a comunidade Portoalegrense.

Atenciosamente,

Rita Helena Pimentel Patussi
Eng. Rita Helena Pimentel Patussi
Coord. interina da CPHAE

Ilmo. Senhor
CARLOS JORGE APPEL
M.D. Secretário Executivo do CODEC

CODEC
PROTOCOLO
Nº 699
ENTRADA 31/05/90

White,

prepara
tudo em o
porém. Já,

31.05.90

Senhor Secretário

Voltemos a examinar a documentação anexa
na abertura do processo de tombamento do Hospital
Pedro, em Porto Alegre.
Lamentamos ver de interesse do Estado, mas
pelo fato de que o mesmo está em fase de restauração, tendendo um
projeto de integração com a comunidade portenha.

Atenciosamente,

Eng. Rita Helena Lamenet Fátima
Coord. Interina de CPHA

ENTRADA 31 05 90
PROT. Nº 222
CODIC

M.D. Secretário Executivo do CODIC
CARLOS JORGE APPEL
Lmo. Senhor

PARECER TÉCNICO Nº 02/89

SOBRE O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO
PEDRO - SOLICITAÇÃO PARA TOMBAMEN-
TO.

Em atenção à solicitação para Tombamento das "Edificações Centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro", estive - mos visitando-as no último dia 18, acompanhados por Técnico do Departamento de Engenharia.

1. LOCALIZAÇÃO

O Hospital Psiquiátrico São Pedro está localiz- zado no bairro Partenon, à Avenida Bento Gonçalves, nº 2440, no quarteirão formado pela Avenida Bento Gonçalves, Avenida Coronel Aparício Borges , Avenida Ipiranga e rua Guilherme Alves.

Este conjunto mais antigo é separado de cons- truções, de diversas épocas, por áreas livres, ajardinadas.

2. DAS EDIFICAÇÕES

São seis corpos edificados ligados transversal- mente por um corpo único. Esta distribuição dá origem a cinco pátios fe- chados. Possuem dois pavimentos e porão (parcialmente habitável).

Foram feitas várias reformas, alterando o pro- jeto original sem, no entanto, comprometer gravemente a volumetria e ti- pologia original.

Há setores em estado precário, alguns estão so- frendo ou já sofreram obras de saneamento.

As instalações elétricas e Hidrossanitárias são deficientes, assim como a de proteção contra incêndio.

A construção é em alvenaria de tijolo, rebocado, em alguns pontos como no vestíbulo de acesso, parcialmente revestido com azulejo.

Os vãos tem esquadria de madeira e bandeira de ferro em arco pleno. As janelas possuem guilhotina e duas folhas de veneziana; algumas possuem gradil de proteção, podendo ser em barras ou marcha. As portas possuem duas folhas.

Há vitrais nas aberturas da antiga capela; no restante os vidros são translúcidos, alguns martelados. As bandeiras não possuem vidros.

As escadarias são em concreto, revestidas com pedras, ladrilho ou granitina, com guarda-corpos em alvenaria ou barras de ferro com corrimão de madeira.

O piso pode ser cerâmico, vinílico, ladrilho hidráulico (de época) ou cimento polido, não há disciplinamento na ocorrência.

Quanto a estrutura de cobertura, é em madeira, com entelhamento de telha cerâmica, tipo francesa e pontualmente de fibrocimento, como é o caso do Bloco 2 (dois), onde foi feita nova estrutura e cobertura provisória.

Uma escadaria existente no Bloco 1 (um) é o acesso (principal) que conduz a um vestíbulo e este à administração.

3. OCUPAÇÃO

Algumas áreas, sem condições de abrigar pacientes estão vazias. A proposta é que, à médio e longo prazo, não haja mais internos e as dependências sejam utilizadas com outras funções, como Biblioteca, Centro de Pesquisa, etc...

4. TRABALHOS EM DESENVOLVIMENTO

Foi contratada uma equipe de Arquitetos para a elaboração do projeto de restauração e reciclagem. Atualmente estão na fase de levantamento cadastral. Pela experiência dos técnicos podemos vislumbrar um excelente trabalho.

Coordenação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - GRHSA

5. QUANTO À SOLICITAÇÃO DE TOMBAMENTO

É inegável a importância do Hospital Psiquiátrico São Pedro, desde sua construção até o momento representa parte da história do Rio Grande do Sul, mas preconceituosamente viveu marginalizada.

A solicitação de tombamento é pertinente e muito bem justificada no material enviado em anexo.

6. ENTORNO

Para a preservação de um imóvel é necessário, também, que sua vizinhança esteja sujeita a um disciplinamento quanto ao uso do solo, a fim de que sua imagem não seja comprometida por objetos que obstruam sua visualização.

Neste caso, o entorno do complexo edificado é fundamental para sua compreensão, ultrapassando os limites da propriedade do Estado.

Diante disto, no ato de tombamento deve constar a área considerada como "entorno". Esta é definida por um polígono, com 4 vértices, os quais são:

Vértice I - formado pela intersecção dos segmentos de reta no alinhamento da Av. Bento Gonçalves e da Av. Cel. Aparício Borges, ambas na calçada cuja numeração é ímpar;

Vértice II - formado pela intersecção dos segmentos de reta no alinhamento da Av. Cel. Aparício Borges e do eixo da Av. Ipiranga;

Vértice III - formado pela intersecção dos segmentos de reta do eixo da Av. Ipiranga e alinhamento da rua Guilherme Alves, na calçada cuja numeração é par;

Vértice IV - formado pela intersecção dos segmentos de reta do alinhamento da rua Guilherme Alves e da Av. Bento Gonçalves, na calçada cujo número é ímpar.

Coordenadora do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - CPHAE

A regulamentação dos critérios para intervenções nesta área deverá ser feita posteriormente, após minucioso estudo "in loco".

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o acima exposto, somos favoráveis ao tombamento do complexo edificado, centenário, do Hospital Psiquiátrico São Pedro, bem como da delimitação de área de entorno, sujeita à regulamentação, com a intenção de proteger a leitura e a imagem do objeto em questão.



Eng. Rita Helena Pimentel Patussi

Coord. interina da CPHAE



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

CODEC

Conselho de
Desenvolvimento Cultural/RS

Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - CPHAE

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
Fls. 37 ^{CODEC-9} Rub. ⁹ ✓

A Asses. Jurídica
para ato de tombamento e
outras providências jurídicas.

Antônio Carlos
Coord. Interm. CPHAE
em 4/6/90



Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
CODEC-9
Fls. 38 Rub. K

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

PRESERVAÇÃO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO

O Hospital Psiquiátrico São Pedro, o conjunto das edificações centenárias, constitui-se na maior área edificada de interesse social que o século XIX legou à Província.

A sua construção foi consequência da preocupação com a inexistência de um tratamento especializado para os doentes mentais do Rio Grande do Sul que eram encaminhados ao Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro ou "depositados" na Cadeia Civil, conforme alertava, em relatório ao Presidente da Província, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Em 1879, a Província adquiriu a chácara de Dona Maria Clara Rabello, situada na estrada de Mato Grosso, antigo Caminho de Viamão. Quanto aos recursos para construção foram eles oriundos de doações filantrópicas e loterias.

A obra foi inaugurada em 1884 mas a construção se deu em sucessivas etapas. De 1889 à 1903 construíram-se seis pavilhões e, em 1927, realizaram-se "obras de remodelização", sem critérios para intervenção, desconhecidos na época.

A partir dos anos 50, a integridade física desse conjunto arquitetônico sofre sérias ameaças. A superpopulação, um incêndio, obras mal administradas e a poluição visual de seu entorno, levou o conjunto ao atual estado de degradação.

Em 1989, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, buscando uma forma de protegê-lo da destruição, encaminhou ao CODEC, proposta de tombamento das edificações centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Em 21 de Agosto de 1990, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Cultura, assina a Portaria de Tombamento de número 13/90, que é publicado no Diário Oficial de 26 de Setembro do mesmo ano.

A justificativa para a preservação deste acervo não se funda apenas no seu interesse sociológico - baliza das preocupações com a saúde mental de nossa comunidade, mas no testemunho do mesmo quanto ao modo da sociedade apropriar-se de seus espaços para viver, da tecnologia disponível para criá-los, assim como de seu nível estético já atingido.

J. M. S. P.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Secretaria da Cultura
Proc. nº 0644-08.04
Fls. 38 CODEC-9
Rub. 11

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO.

Edificação do século XIX, que pela solidez da construção e a beleza arquitetônica transformou-se no "cartão de visitas" de Porto Alegre e foi considerada uma das obras mais notáveis do Governo Imperial da Província.

A obra foi inaugurada em 1884 mas a construção se deu em sucessivas etapas:

- 1879 - O Governo Provincial adquire as terras pertencentes à Dona Maria Clara Rebello, situadas na estrada de Mato Grosso, antigo caminho para Viamão. Os recursos para construção foram obtidos de doações filantrópicas e loterias.
- 1889 - 1899 - Construíram-se 5 pavilhões.
- 1903 - o 6º pavilhão e a implantação da rede de esgoto.
- 1927 - Realizam-se "obras de remodernização" sem a utilização de critérios para intervenção.
- 1950 - A superpopulação, um incêndio, obras mal administradas e a poluição visual do seu entorno degradam o conjunto.
- 1989 - É encaminhado ao CODEC, pelo Secretário de Estado da Saúde e Meio Ambiente, proposta de tombamento das edificações centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro.
- 1990 - 21 de Agosto - É assinada a Portaria de Tombamento de Nº 13/90.
- 1990 - 26 de Setembro - a Portaria é publicada no Diário Oficial.

Frederico

PORTARIA Nº 13/90

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo artigo 90, inciso III da Constituição Estadual combinado com a sua nomeação publicada no Diário Oficial do Estado de 24 de julho de 1990.

- Considerando os termos constantes na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul artigo 221, inciso V, letra "d", artigo 222 caput, § 1º e seguintes;
- Considerando os termos da Lei Estadual nº 7.231 de 18 de dezembro de 1978;
- Considerando a necessidade de preservar o Patrimônio Cultural do Estado.

RESOLVE:

Pelo tombamento das edificações centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro localizado na Avenida Bento Gonçalves nº 2440. Ficando resguardado o seu entorno de acordo com as características de localização do bem tombado. O prédio é de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Nos termos do Artigo 1º da Lei Estadual 7.231, de 18 de dezembro de 1978, combinado com o Decreto-Lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Publique-se no Diário Oficial do Estado, ratifique-se e registre-se no Livro Tombo da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Promova-se a averbação no Registro de Imóveis pertinente.

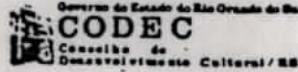
Porto Alegre, 21 de agosto de 1990.


CARLOS JORGE APPEL
Secretário de Estado da Cultura

SINVAL GUAZZELLI
Governador do Estado

6 Quarta-feira, 26 - SETEMBRO 1990

Secretaria de Estado da Cultura



PORTARIA Nº 13/90

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo artigo 90, inciso III da Constituição Estadual combinado com a sua nomeação publicada no Diário Oficial do Estado de 24 de julho de 1990.

- Considerando os termos constantes na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul artigo 221, inciso V, letra "d", artigo 222 caput, § 1º e seguintes;
- Considerando os termos da Lei Estadual nº 7.231 de 18 de dezembro de 1978;
- Considerando a necessidade de preservar o Patrimônio Cultural do Estado.

RESOLVE:

Pelo tombamento das edificações centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro localizado na Avenida Bento Gonçalves nº 2440. Ficando resguardado o seu entorno de acordo com as características de localização do bem tombado. O prédio é de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Nos termos do Artigo 1º da Lei Estadual 7.231, de 18 de dezembro de 1978, combinado com o Decreto-Lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Publique-se no Diário Oficial do Estado, ratifique-se e registre-se no Livro Tombo da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Promova-se a averbação no Registro de Imóveis pertinente.

Porto Alegre, 21 de agosto de 1990.

CARLOS JORGE APPEL / /
Secretário de Estado da Cultura

SINVAL GUAZZELLI
Governador do Estado

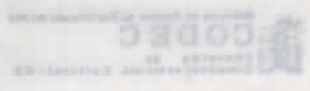
Secretaria de Cultura
Rio de Janeiro - RJ
Código - 8

Encaminhe-se o presente ao
IPHAE. O curso do processo
já foi cumprido.

Guarulhos, 26 de Setembro de 1990 FL. 41 Y

Secretaria de Estado de Cultura

Em 20/12/90



PORTARIA Nº 1290

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO ESTADO DE
SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe confere
o art. 17, inciso III, da Constituição Estadual, e
de acordo com o parecer jurídico do Diretor Geral de
24 de julho de 1990.

Considerando os termos constantes no Parecer do Estado
de São Paulo de 24 de julho de 1990, nº 1.290, de 24 de
julho de 1990.

Considerando os termos da Lei Estadual nº 7.231 de 18 de
julho de 1990.

Considerando a necessidade de promover a distribuição
de livros de leitura.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a distribuição de livros de leitura
de acordo com o parecer jurídico do Diretor Geral de
24 de julho de 1990, nº 1.290, de 24 de julho de 1990.
e de acordo com o Parecer do Estado de São Paulo de 24 de
julho de 1990, nº 1.290, de 24 de julho de 1990.

Art. 2º - Promover a distribuição de livros de leitura
de acordo com o Parecer do Estado de São Paulo de 24 de
julho de 1990, nº 1.290, de 24 de julho de 1990.

Art. 3º - Promover a distribuição de livros de leitura
de acordo com o Parecer do Estado de São Paulo de 24 de
julho de 1990, nº 1.290, de 24 de julho de 1990.

CARLOS JOSÉ DE
Secretário de Estado de Cultura

SIVALDO GONCALVES
Diretor Geral de Escolas